



INSTITUTO DE HUMANIDADES-IH
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES – BHU

NARCISO MARIO JOAQUIM GOMES

**DO RAP AO CIBERATIVISMO:
PARTICIPAÇÃO POLÍTICA JUVENIL NA GUINÉ-BISSAU**

ACARAPE-CE

2025

NARCISO MARIO JOAQUIM GOMES

**DO RAP AO CIBERATIVISMO:
PARTICIPAÇÃO POLÍTICA JUVENIL NA GUINÉ-BISSAU**

Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) em formato de projeto de pesquisa, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira (UNILAB).

Orientadora: Profa. Dra. Aline Cristina de Oliveira Abbonizio

Coorientadora: Profa. Dra. Ana Carolina de Oliveira Costa

**ACARAPE-CE
2025**

NARCISO MARIO JOAQUIM GOMES

Trabalho de Conclusão do Curso em formato de projeto de pesquisa do Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel em Humanidades.

Aprovado em 03 de Junho de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof^a Dra. Aline Cristina de Oliveira Abbonizio
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira

Co-orientadora: Prof^a Dra. Ana Carolina de Oliveira Costa
Pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
Universidade Federal de São Carlos.

Examinador Interno: Prof. Dr. Segone Cossa
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira

Examinador Externo: Prof. Pós-doutorando. Sylvain Mbohhou
Pós-doutorando no Programa de Pós-Graduação em História
Universidade Estadual do Maranhão

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
2. PROBLEMATIZAÇÃO	6
3. ESTADO DA ARTE.....	10
3.1. Participação Política entre a Juventude do Rap e a Juventude Ciberativista.....	22
4. OBJETIVOS	26
4.1. Objetivo Geral	26
4.2. Objetivos Específicos	26
5. JUSTIFICATIVA.....	28
6. METODOLOGIA	29
7. REFERÊNCIAS	33

1.INTRODUÇÃO

A participação política na Guiné-Bissau é caracterizada por desafios e complexidades significativas, influenciados pela dinâmica sociopolítica do país ao longo da sua história democrática. A abertura política nos anos noventa, pôs fim ao monopartidarismo que vigorava no país desde a proclamação da sua independência em 1973, e originou mudanças na lei do país que tornaram legal a liberdade de expressão (Rudebeck, 1997). Esta nova era, em que todos são legalmente livres de expressar sua opinião sobre diferentes assuntos, vem estimulando diferentes formas de participação política, incluindo “participações não convencionais” (Barnes e Kaase, 1979 *apud* Borba, 2012), que com o passar do tempo, foram se tornando o meio de expressão social privilegiado no país. A participação política da sociedade civil, principalmente entre os jovens, tem sido constantemente influenciada pela realidade política do país, que se destaca por repetidas crises econômicas, golpes, assassinatos, guerra civil, perseguição política, dentre outros, desde os anos de 1990 (Uali, 2021; Barros, 2012).

A juventude guineense tem sido uma força motora da sociedade civil ao se envolver em diferentes dinâmicas de engajamento sociopolítico no país, como a participação em protestos contra as incertezas sociopolíticas. Uma das formas de protestos dessa juventude, foi o hip hop rap, que embora tenha se popularizado na África a partir da década de 1980 (Bamba, 2007), na Guiné só se difundiu entre a juventude nos anos 2000 (Barros, 2012). De acordo com Barros (2012), nas letras das músicas, os jovens tanto questionavam a realidade social, política e econômica em que estavam inseridos quanto apresentavam suas reivindicações coletivas e individuais.

Outra forma de protesto entre a juventude é o ciberativismo, que com o crescimento da internet e das redes sociais na Guiné-Bissau a partir dos anos de 2010, fez com que a participação política ganhasse espaço no meio digital guineense (Uali, 2021). Com isto, o ciberativismo ou ativismo feito no meio digital (McCaughy e Ayers, 2003; Ugarte, 2008) tem se tornado a forma privilegiada de manifestação atual entre jovens no pós anos 2020. Sendo esta uma forma de escapar ao controle do poder político aos protestos sociais (Uali, 2021; Costa, 2024). Este novo espaço público contemporâneo (Yameogo, 2020), parece servir como forma dos jovens ativistas driblar o controle político exercido contra os manifestantes. Sem dúvidas, o ambiente on-line propiciou uma mudança na forma de participação política.

É importante salientar que nem todos os rappers eram críticos ao governo do país,

cujas músicas não apoiavam os protestos políticos. Neste sentido, é indispensável afirmar que a pesquisa se propõe a trabalhar com músicas de rappers, cujo teor das letras criticam a situação sociopolítica do país. Entre os ciberativistas o cenário não é diferente, há aqueles que apoiam o governo e os que se opõem a ele. Novamente, a escolha de atores aqui se dará por trabalhar com os ciberativistas que produzem debates contestadores ao governo. Essa escolha se deu porque a pesquisa busca compreender como a repressão política e a proibição de liberdade de expressão influenciam na mudança de forma de participação política. Considerando que as perseguições políticas se dão devido a crítica que esses atores sociais fazem ou fizeram aos regimes governamentais, entender como eles têm se organizado e como compreendem o que é o fazer político é fundamental para entender os contornos que a liberdade de expressão e participação política criam ou criaram entre os jovens.

Consoante a estas questões brevemente apresentadas, esta pesquisa tomará como atores centrais jovens que se manifestaram por meio das letras das músicas e do ciberativismo contra diferentes formas de precarização socioeconômica, cuja resposta estatal se dava por meio da violência política e policial contra a juventude militante. O aparato estatal de repressão (Mbembe, 2016) e as precarizações sociais têm levado a um aumento da emigração da juventude, que sai em busca de melhores condições de vida. Neste sentido, as redes sociais tornaram-se uma forma de escapar do constante controle governamental, permitindo que a diáspora guineense consiga movimentar os debates públicos nacional, escapando da violência direta do estado. Considerando este cenário político, o recorte temporal desta investigação será de 2005 a 2024, período marcado pelos efeitos prolongados da reabertura democrática em um contexto de políticas neoliberais e pelo golpe de Estado de 2003.

A restrição de liberdade de expressão e direitos humanos vivida no país ao longo da sua história democrática, se faz notar através das sucessivas violências políticas por meio do aparelho Estatal, onde assassinatos, perseguições e espancamentos a políticos, militares e membros da sociedade civil tornam-se parte do fazer político. De acordo com Semedo (2020) e Mango e Kreuz (2024), esta violência política e a falta de liberdade de expressão sufocaram os movimentos sociais no país entre 1990 e 2009. Durante este período, somente um movimento social conseguiu fazer chegar suas reivindicações à esfera pública, o Movimento Nacional da Sociedade Civil para a Paz, Democracia e Desenvolvimento (MNSCPDD), surgido durante a guerra civil de 7 de junho. Segundo os autores citados acima, somente a partir dos anos de 2010 que outros movimentos sociais começaram a emergir. Apesar de não

haver um movimento social organizado, de acordo com Barros (2012), a juventude adotou a música como forma de protesto naquele contexto de suspensão democrática, quando novamente a liberdade de expressão foi suspensa. Apesar da perseguição e repressão contra os músicos, a difusão das músicas entre os jovens servia como meio de expressar, difundir e fazer circular impressões e posicionamentos contra o governo entre 2005 e 2012.

2.PROBLEMATIZAÇÃO

Desde a abertura política na Guiné-Bissau, no início dos anos 1990, o país passou por diferentes períodos de crises políticas causados pelos efeitos da Guerra civil e dos sucessivos golpes de Estado. Essas instabilidades políticas constituíram grandes obstáculos para consolidação da democracia no país (Barros, 2012; Carvalho, 2010). No entanto, reconhece-se que uma das vantagens mais visíveis dessa abertura política, foi o espaço de participação social que a sociedade civil conquistou através da reforma constitucional que tornou legal as organizações sindicais, as organizações não governamentais (ONGs) e associações (Rudebeck, 1997).

O estopim para esta pesquisa começa com o resultado das eleições presidenciais de 2005, cujos resultados dessas eleições foram fortemente contestados pelos apoiadores do candidato derrotado Malam Bacai Sanhá, que perdeu as eleições para o ex-presidente da República, João Bernardo Vieira¹, conhecido popularmente como Nino. O ex-presidente havia sido deposto deste cargo durante a guerra civil de 7 de junho² de 1998. Para as eleições de 2005, Nino retornou à Guiné após anos de exílio em Portugal, entre 1999 e 2005, para disputar estas eleições, de onde saiu eleito como presidente da República. O retorno de Nino ao país, apesar de ter ganhado as eleições, trouxe um clima de preocupação por reavivar um sentimento de que uma possível guerra pudesse se instaurar. Isso, pois houve uma contestação a este processo eleitoral presidencial de 2005 por parte de Malam Bacai Sanhá e seu partido, o Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), presidido naquele

¹ João Bernardo Vieira foi combatente da liberdade da pátria na luta pela libertação nacional do colonialismo entre 1963 e 1973. Ele foi presidente da Guiné-Bissau de 1980 a 1999 e depois de 2005 a 2009, quando foi assassinado pelos militares na sua residência em Bissau (Candé Monteiro, 2013; Carvalho, 2010).

² O nome 7 de junho é dado à Guerra civil que se instaurou na Guiné-Bissau, entre 1998 e 1999. O conflito se deu por meio do desentendimento entre o então presidente João Bernardo Vieira e o então chefe das forças armadas, Ansumane Mané. Uma Junta militar foi liderada por Mané, que acabou por depor Nino no poder (Carvalho, 2010).

momento por Carlos Gomes Júnior, então Primeiro-Ministro do país³.

O contexto de crise sócio-política do pós-eleições de 2005 continuou devido às disputas entre o presidente Nino e o Primeiro-Ministro Carlos Gomes Júnior, que resultou na demissão do governo liderado por este. Com a saída de Carlos Gomes Júnior, o PAIGC, que havia ganhado as eleições legislativas em 2004, tinha o direito de propor três nomes ao presidente da República para substituir Júnior. Caso Nino não aceitasse nenhuma das indicações, o parlamento seria dissolvido e novas eleições no âmbito do legislativo, deveriam ser convocadas. Um dos nomes indicados pelo PAIGC foi o de Aristides Gomes, e o presidente aceitou, nomeando-o para chefiar o governo até às legislativas de 2008 (Carvalho 2010; Barros, 2012).

Em 2008, PAIGC ainda liderado por Carlos Gomes Júnior, ganhou novamente as eleições legislativas, e este foi indicado para liderar o governo. Desta vez o presidente Nino não o demitiu, permanecendo no governo até o golpe de Estado de 2012. Vale assinalar que em 2009, houve um golpe de Estado que culminou com o assassinato do presidente Nino pelos militares, em sua residência no centro da capital guineense. Os militares confirmaram a sua morte, mas negaram o golpe. Assim, o então presidente do parlamento, Raimundo Pereira, assumiu a presidência até as eleições presidenciais em Julho do mesmo ano, que elegeram Malam Bacai Sanhá. Este dirigiu o país até a sua morte por problemas de saúde, em Janeiro de 2012 (Semedo, 2020).

Dada a morte do presidente Bacai Sanhá, o Raimundo Pereira, em condição ainda de líder do parlamento, assumiu a presidência interina novamente. No entanto, em 12 de abril do mesmo ano, Pereira e Carlos Gomes Júnior foram presos pelos militares durante o processo de golpe de Estado de 12 de abril citado acima. Os militares ficaram no poder até 11 de maio de 2012 quando Manuel Serifo Nhamadjo, político filiado ao PAIGC e então vice-presidente do Parlamento, foi indicado ao cargo de presidente de transição, dirigindo o país até as eleições de 2014 (Sousa, 2013). Ou seja, esses dois eventos de suspensão constitucional, o

³ A organização política da Guiné-Bissau é estruturada como uma república semipresidencialista, conforme estabelecido na Constituição da República deste país (Guiné-Bissau, 1996). Nesse sistema, o Presidente da República atua como Chefe de Estado, enquanto o Primeiro-Ministro exerce a função de Chefe de Governo. Segundo Sucuma (2023) o Presidente da República é eleito por sufrágio universal direto e possui atribuições significativas no sistema político guineense. Além disso, o Presidente pode dissolver a Assembleia Nacional Popular em caso de grave crise política, ouvido o Presidente da Assembleia Nacional Popular e os partidos nela representados, conforme o Artigo 69.º da Constituição. Já o Primeiro-Ministro, cuja nomeação é feita pelo Presidente da República após considerar os resultados das eleições legislativas e após ouvir os partidos políticos representados na Assembleia Nacional Popular, conforme o Artigo 98º (*op.cit.*)

golpe de 2009 e o de 2012, fizeram com que o país fosse liderado por regimes de transição, em diferentes momentos, até as eleições gerais de 2014.

O cenário de instabilidade política entre 2005 e 2012, causado pela contestação dos resultados das eleições de 2005 somado a problemas socioeconômicos que a juventude local vivia, ataçaram ainda mais que a juventude manifestasse sua insatisfação com a forma como era o cenário político do país. Neste contexto, a música ganhou força entre jovens guineenses como forma de protesto sociopolítico (Barros, 2012).

Após a crise do golpe de Estado de 2012, nas eleições gerais de 2014, José Mário Vaz, filiado ao PAIGC, foi eleito presidente da República, ficando no poder até 2020 (Uali, 2021). Nestas eleições gerais, PAIGC venceu as legislativas. O partido conquistou maioria absoluta no parlamento, tendo a possibilidade de governar sem a necessidade de fazer alianças para uma coligação parlamentar. Então, Domingos Simões Pereira, como presidente do PAIGC, foi indicado ao cargo de Primeiro-Ministro e liderou o governo até agosto de 2015 quando foi demitido pelo presidente Mário Vaz. Tal demissão se deu por conta de que, de acordo com o presidente, havia “ sinais de obstrução à justiça por parte do executivo” (UNILAB, 2015). Após a demissão do governo de Domingos Simões Pereira, a Guiné entrou noutra crise política que perdurou todo o resto do mandato de Mário Vaz, 2015 a 2020. Em 2020 Umaro Sissoco Embaló foi empossado presidente após ter ganhado as presidenciais de 2019, apoiado pelo partido Movimento para Alternância Democrática - Grupo dos 15 (MADEM-G15), que havia surgido no contexto da crise política no regime de Mário Vaz. O novo presidente, Sissoco Embaló, logo nos seus primeiros dias de mandato, demitiu o governo de Aristides Gomes proveniente das eleições legislativas de 2019 (Sucuma, 2021). Durante o mandato do Sissoco Embaló, até a produção deste Projeto de Pesquisa, houve a dissolução do parlamento por duas vezes; a demissão de outros Primeiro-Ministros; demora na marcação da data das eleições. Nas ruas, os espancamentos a políticos de oposição, jornalistas, comentadores políticos e a membros de grupos da sociedade civil que tentam protestar nas ruas, marcam este período (Mango e Kruez, 2024).

Dado esse histórico, o ano 2024 foi marcado por intensas manifestações de ciberativistas, que se manifestaram contra a crise política pós eleições legislativas de junho de 2023 e se alastraram até à dissolução do parlamento, por parte do presidente da República

Umaro Sissoco Embaló e da consequente queda do governo da coligação PAI-Terra Ranka⁴, liderado pelo então primeiro-ministro Geraldo Martins, em 2023. Depois da dissolução do parlamento e demissão deste governo de Geraldo Martins, o presidente Embaló nomeou um governo de iniciativa presidencial. Muitos ciberativistas e juristas consideraram esta medida inconstitucional, por considerarem que esta decisão ia contra a Constituição da República, que, sobre as competências do Presidente da República, diz na alínea g do seu artigo 68º, que é competência do presidente: “Nomear e exonerar o Primeiro-Ministro, tendo em conta os resultados eleitorais e ouvidas as forças políticas representadas na Assembleia Nacional Popular” (Guiné-Bissau, 1996, p. 21).

Com a proliferação da internet na Guiné-Bissau nos anos 2010 (Uali, 2021), ampliou-se o campo de protestos sociais dando espaço para que os guineenses na diáspora conseguissem participar dos debates sociopolíticos do país por meio das redes sociais. Essa nova forma de participação política tornou-se popular dada a possibilidade do ambiente online proporcionar uma supressão do espaço geográfico, o que diminui a intensidade da repressão política em termos de violência física, e por proporcionar uma possibilidade de circulação de informações, protestos e críticas ao governo.

Deste modo, o ciberativismo consegue driblar as repressões e violências políticas, sobretudo para a juventude que está fora do país, apesar de os ativistas que permanecem no país continuarem a ser vítimas de perseguição e espancamento na Guiné-Bissau. Com a derrubada do governo de Domingos Simões Pereira, em 2015, assistiu-se uma onda de protestos sociais de diferentes movimentos e organizações da sociedade civil, tanto nas redes sociais quanto presencialmente. Na Guiné-Bissau as manifestações presenciais têm sido cobertas por espancamentos e repressões, causando a diminuição gradativa dos protestos de rua (Semedo, 2020; Mango e Kreuz, 2024).

A partir dos anos 2020, no regime de Umaro Sissoco Embaló, assistiu-se a uma nova onda de espancamentos, perseguições e raptos de membros da sociedade civil, ativistas, jornalistas, etc. Desde sua ascensão ao poder, este novo regime intensificou a repressão impedindo os protestos nas ruas, o que aparentemente aumentou a dinâmica de protestos nas redes sociais, como forma de fugir da repressão policial e da perseguição política. Como mostrado acima, o regime de Sissoco Embaló tem sido marcado por constantes

⁴ Plataforma de aliança inclusiva entre alguns partidos, sob tutela do PAIGC e do seu presidente, Domingos Simões Pereira, para as eleições legislativas de 2023.

espancamentos a manifestantes, jornalistas, políticos, juristas e comentaristas políticos por homens fardados. Vandalizaram a Rádio Capital FM e a sede da maior central sindical do país, União Nacional dos Trabalhadores da Guiné (UNTG). Estes espaços já vinham sendo alvo de invasões policiais desde a realização de uma manifestação organizada em frente à sede da central sindical, no centro de Bissau, em 2023. A proibição de protestos populares e comícios de partidos políticos, de acordo com Costa (2024), no entanto, só foi oficialmente estabelecida em Janeiro de 2024, por meio de um comunicado do Ministério do interior. Além desses casos, houve também a invasão policial ao supremo tribunal de justiça. Todos esses elementos têm sido pauta para o engajamento político entre os jovens ciberativistas guineenses ao longo dos anos.

Considerando o escopo desta investigação, os atores sociais serão jovens músicos guineenses, que faziam manifestações políticas por meio da música e os ciberativistas que participaram do debate político dentro do recorte temporal deste estudo. Embora não faz parte do corpo de atores sociais a serem trabalhados neste estudo, os regimes que passaram no poder dentro do recorte temporal mencionado acima serão importantes neste estudo, porque, baseando na teoria de Estrutura de oportunidade política (Tarrow, 1996), que defende que o contexto político impulsiona tipo/forma e nível de participação política, esta pesquisa considera indispensável a observação dos aspectos desses regimes no momento das análises das duas formas de participação política. Partindo do pressuposto de que o objeto desta pesquisa é transformação da participação política juvenil guineense ao longo dos anos por meio de música para ciberativismo, levar em consideração, no momento de análises, as decisões desses regimes, os seus modos de interpretar a realidade social, assim como a maneira que abordavam os protestos sociais, serão de grande relevância para este estudo.

3. ESTADO DA ARTE

Os estudos da juventude têm sido marcados por diferentes conceituações desta categoria, tanto nos trabalhos acadêmicos-científicos, assim como nos das organizações internacionais, como a União Africana (UA) a nível do continente, assim como a Organização das Nações Unidas (ONU) a nível global. A ONU, por exemplo, considera como jovens, os indivíduos com idades entre 15 e 24 anos, mas essa conceituação marca mais a forma como

estas instituições entendem a relação entre elaboração de políticas e resolução de problemas sociais dos “grupo etário” nas áreas de educação, emprego, saúde, participação política e desenvolvimento sustentável. A UA, através da carta africana de juventude de 2006, definiu a juventude como indivíduos com idades entre 15 e 35 anos.

Entretanto, do ponto de vista das ciências sociais em África, a juventude é uma categoria situacional e polissêmica, cuja definição varia de acordo com espaço e tempo (Dijk, *et al*, 2011, *apud* Costa, 2016). Assim, por adquirir novos sentidos de acordo com espaço e tempo, os marcadores corporais biológicos não dão conta de explicar o que é ser jovem nessas localidades. Por isso, muitas das definições destas instituições internacionais (ONU, UA, dentre outras) não conseguem ser efetivas para entender os significados e o status social da juventude africana. Honwana (2012), em seus estudos sobre juventude, assinala que a juventude enquanto categoria relacional, somente se constitui enquanto tal a partir da comparação com outras categorias sociais como adultos e idosos.

Para definir a juventude, Honwana (2012, 2014) introduz a noção de *waithood* ou idade de espera. De acordo com ela, esse conceito “representa um prolongado período de suspensão entre a infância e a idade adulta” (Honwana, 2014, p. 399). Ou seja, o *waithood* marca a situação em que, mesmo sendo adultos do ponto de vista das suas idades cronológica, os jovens não conseguem atingir as expectativas sociais associadas à vida social adulta, como a autonomia financeira e social devido às poucas oportunidades e outros obstáculos que o contexto estrutural os impõe. Então, o estudo dela “considera a juventude como uma categoria socialmente construída baseada em expectativas sociais e responsabilidades do indivíduo” (Honwana, 2014, p. 402). O meu estudo se baseia nesta definição de juventude, considerando que tanto os jovens músicos que se engajavam por meio das letras das músicas entre 2005 e 2012 quanto os ciberativistas neste período mais contemporâneo, se encontram em situação de *Waithood*.

Chirenje (2017), em seu estudo sobre a transformação do conceito de juventude na África, mostra como o conceito de juventude vem passando por mudanças, sobretudo devido ao protagonismo na crítica sobre o desenvolvimento contemporâneo de África. Nessa mesma lógica de pensar a juventude como construção social, a ideia dessa categoria enquanto motor de transformação social é constantemente verificado nos trabalhos sobre essa temática em África (Comaroff e Comaroff, 2000; Chirenje, 2017), mas em certas ocasiões, observa-se que os políticos de outras gerações no continente consideram os jovens como poucos preparados

para os substituir (Comaroff e Comaroff, 2000; Chirenje, 2017), sendo este argumento usado para deslegitimar a juventude enquanto força social relevante na sociedade. Outro autor que pensa a situação dos jovens em África a partir dessa relação entre jovens e titulares políticos, é De Amaral (2017), apontando que, um aspecto a considerar quando se pensa a situação dos jovens em África, é o fato de estes têm sido usados pelos políticos. Ele usa o termo “juventude como mentira em África” para mostrar como essa categoria é marginalizada no discurso dos políticos, ou seja, os jovens são tidos como instrumento políticos pelos líderes das estruturas políticas em África para justificar a sua permanência no poder. E, esses rótulos criados recorrentemente a volta dessa categoria, acaba influenciando no imaginário social sobre o que é jovem na África contemporânea. Para ele (*Op. Cit.*, p. 14):

Esses jovens não são apenas vulneráveis, mas também necessitados, privados, um grupo que vive em um estágio de “espera” (Honwana, 2013). Isso engorda os manifestos eleitorais, embeleza os discursos políticos e faz dos jovens um instrumento político. A juventude é, portanto, um produto da visão dos governantes de hoje, os jovens de ontem. O curso natural da evolução do continente africano e da sociedade africana está em suas mãos — esses libertadores. Eles, não a nova geração, sabem o que a sociedade quer. Eles são aqueles que fundaram o estado e aqueles que lutaram. (De Amaral, 2017, p. 14).

Neste mesmo debate, Durham (2011), no seu trabalho sobre os jovens na imaginação social em África, mostra que os jovens têm sido rotulados com termos que inferiorizam suas características sociais para o fazerem parecer incompetentes, mas essa é só uma ideia dos políticos no poder para tentar justificar a sua longa permanência nos espaços de poder sem dar espaço para os jovens da nova geração. Nessa lógica, os jovens são constantemente rotulados de “geração perdida” em África por esses titulares de poder político, mas não necessariamente devem ser conceituados como um grupo passível a obstáculos dentro das suas realidades, pois, de acordo com Honwana (2014, p. 404), “os jovens em *waithood* desenvolvem os seus próprios espaços de acção. Eles criam novas formas e esquemas de vida à margem das estruturas dominantes”. Ou seja, embora eles se deparam com esse prolongado período de espera entre a infância e a vida adulta, por falta de oportunidades e marginalização, a juventude é dinâmica e cria outros canais para escapar das imposições estruturais que as suas realidades os impõem (Honwana, 2012, 2013, 2014; Costa, 2016).

O engajamento político da juventude guineense por meio das letras das músicas num contexto de suspensão democrática (Barros, 2012) é um exemplo de como essa juventude procurou outras formas de escapes para participar da dinâmica social das suas realidades. Assim como a juventude contemporânea tem encontrado no ambiente on-line das redes sociais uma nova forma de participação social. Tanto a música da juventude dos anos 2000, quanto o ciberativismo dos jovens de hoje são instrumentos de reivindicação política e têm merecido atenção dos pesquisadores que estudam participação política não convencional (Barnes e Kaase, 1979 apud Borba, 2012). A música é entendida como meio de reivindicação política, na medida que serve de recurso para denunciar ou oferecer *insights* sobre problemas sociopolíticos dentro duma realidade social. Assim, autores como Barros (2012) e Bamba (2007), argumentam que, quando a música expressa ideias, reivindicações ou críticas que dialogam com questões sociais e políticas, ela pode ser entendida como uma forma de participação política. Bamba (2007) destaca que o rap africano, para além da perspectiva artística que procura se basear nas raízes da tradição africana, tem uma natureza que permite que a juventude se engaje nos processos sociopolíticos.

A música se constitui numa das formas de participação política por oferecer espaço para que os envolvidos possam entrar nos debates sociopolíticos das suas realidades. O rap, que é um dos quatro elementos do movimento hip hop que surgiu nos Estados Unidos nas décadas de 1970, é um gênero musical com gênese crítica que se propõe ao estranhamento do que é tido como familiar dentro das realidades específicas onde o artista faz parte (Bamba, 2007)⁵. Este gênero musical, comumente identificado com os jovens, tem sido uma das formas de engajamento político juvenil em muitos contextos, principalmente em situação de suspensão democrática, como o caso da Guiné-Bissau depois do conflito político-militar de 1998-1999 até os meados da segunda década do século XXI (Barros, 2012). De acordo com Bamba (2007), o rap chegou à África na década de 80 do século XX e serviu como meio de

⁵ O uso das músicas pelos jovens assim como o ambiente on-line permitem a juventude criar e compartilhar uma linguagem de contestação própria destas juventudes. Bamba (2007) assinala que o rap africano não foi só influenciado pela cultura norte-americana, mas é um espaço ativo de reelaboração identitária e resistência, onde os jovens entram nos debates nacionais, conciliando as línguas oficiais dos países e as línguas étnicas, o que permite que questões sociais sejam expressas no vocabulário local. Nas palavras dele: “[...] este compromisso com as línguas africanas continua sendo uma das particularidades do hip hop africano. E, mesmo quando o francês completa alguns textos de rap africano, ele divide a composição com as línguas africanas criando uma espécie de “dialecto social” próprio aos jovens e muitas vezes apenas compreensível por eles. As razões desta relação com a língua do país de origem podem ser ora afetivas, ora estratégicas. Em todos os casos, traz consigo uma maior garantia de atingir uma grande parcela da população com uma mensagem de conteúdo político veiculado num texto em língua vernacular de maior penetração” (Bamba, 2007, p. 10).

contestação juvenil nas então recém-independentes nações africanas. Ele argumenta que, além da estética musical, o rap africano é usado para denúncia social e política, abordando temas importantes dentro do contexto em que é feito. Os rappers africanos adaptam o hip hop ao contexto local, misturando instrumentos tradicionais, ritmos regionais e diversos idiomas africanos para criar um som único. Essas misturas entre a gênese do rap afro-americano com os aspectos artísticos africanos, facilita na divulgação de mensagens deixando a comunidade local mais familiarizada com esse gênero musical.

O contexto político social da Guiné-Bissau na pós-independência em 1973, era de regime de partido único com perseguições, assassinatos, pena de morte, prisões arbitrárias e outras violências de cunho político, tudo isso sob regime de partido único, PAIGC, um então Partido Estado (Carvalho, 2010; Candé Monteiro, 2013; Rudebeck, 1997; Koudawo e Mendy, 1996). Essas fissuras na sociedade, somado a dificuldade económica que o país enfrentava, fizeram do país um dos alvos dos programas de ajustamento estrutural do Banco Mundial e da FMI que viria a impulsionar a abertura política nos anos 1990 (Rudebeck, 1997; Carvalho, 2010), que, além de dar espaço para pluripartidarismo, provocou mudanças nas leis do país tornando legal a liberdade de expressão, a criação de sindicatos, ONGs, movimentos sociais, o que deu espaço para engajamento político fora dos canais rigorosamente controlados pelo aparelho estatal (Rudebeck, 1997; Koudawo e Mendy, 1996; Barros, 2012). É neste contexto que, segundo Barros (2012) surgiu os primeiros passos do rap guineense.

Barros (2012) mostra como o rap, entendido como uma forma de participação política não convencional, serviu de instrumento de reivindicação por direitos sociais num contexto de suspensão democrática na Guiné-Bissau. De acordo com esse sociólogo guineense, as constantes crises político-militares que o país atravessava após a abertura democrática, culminou no conflito civil de 7 de junho, que resultou em golpes, perseguições e assassinatos na Guiné-Bissau até 2012. Neste contexto, a música foi usada como forma de engajamento político pelos jovens que se sentiam excluídos do debate político e da vida económica.

O programa “Rap pa raperus”, ou seja - Rap para raperos - em português, criado em 1996, da Rádio Pindjiguiti, serviu como veículo de divulgação das músicas dos primeiros rappers. No entanto, o conflito político-militar de 1998-1999, interrompeu a afirmação do rap na Guiné. Na verdade, com esse conflito, o país entrou num período de suspensão democrática onde as liberdades mencionadas acima foram suspensas. E, mesmo depois do conflito, o país viveu num contexto de perseguição muito forte de 2000 a 2005 que não

permitia com que os rappers pudessem divulgar seus trabalhos que traziam críticas sociopolíticas porque, as rádios, que eram o principal meio de divulgação das suas músicas, eram fortemente controladas pelo poder político-militar (Barros, 2012). Assim, “em 2005, foi criada a Rádio Comunitária Jovem, uma iniciativa da Rede Nacional das Associações Juvenis (RENAJ), que é uma estrutura independente do governo” (Barros, 2012, p. 75-76), isso deu espaço para que os rappers pudessem divulgar suas músicas de protesto sociopolítico. Nas palavras de Barros (2012, P. 76):

Foi dessa forma que as músicas interventivas do FMBJ, Masta Tito, Torres Gemeos, Real Power, Cientistas Realistas, Raíinha Luísa, Rock Salim, Bunca MC, Baloberos, Dama Cotche (Os Bravos), Raça Preto, Fil Cap, Best Friends, Daw Tchaw.... começaram a ganhar mais notoriedade e protagonismo. Num momento em que a intervenção militar na vida política e no espaço público era (e é) uma constante, perseguidos e algumas vezes espancados por estes, os rappers assumiram o papel de críticos e contestatários, repudiando essa postura. E as rádios, ao desenvolverem este papel de posicionarem-se na interface entre os acontecimentos e o público ouvinte, transmitiram um testemunho bastante particular, que os partidos políticos e o discurso público não ousavam e nem conseguiam criar condições para o ter e fazer” (Barros, 2012, p. 76).

O autor dá destaque às músicas rap engajadoras difundidas nos períodos de 2000 a 2012, principalmente aquelas lançadas entre 2005 e 2012. A Rádio Jovem facilitou a divulgação das músicas desse gênero num contexto político em que a liberdade de expressão estava suspensa devido às perseguições políticas. A interdição na liberdade de expressão pode ser vista nas suas letras, como podemos observar na música “Caminhu Sukuru” dos FBMJ. A letra desta música afirma que devido a críticas que vão fazer nessa faixa musical, a repressão contra eles já estaria garantida. Nas palavras deles:

Antes de começarmos esta música/

passámos pelo Hospital Nacional Simão Mendes

levantar a nossa certidão de óbito

Só falta a data e a hora para o matador assinar (FBMJ, Caminhu Sukuru,

registro sonoro, Bissau, 2008, *tradução minha*).⁶

Na letra desta música, os jovens cantores e toda a juventude que reproduzia esta música na vida cotidiana, demonstra tanto uma potência transformadora que a juventude da década dos anos 2005-2012 acreditavam ter. Aqui a esperança de um mundo melhor concorria com a ideia de que sem confrontar a violência política e policial, não haveria transformação social. Nesse sentido, Honwana (2012) e Costa (2016) trazem nos seus debates a ambivalência inerente à juventude, enquanto uma categoria entendida como “problema” *versus* “solução”.

Honwana (2012) argumenta que a juventude como problema enfrenta desafios estruturais, como o desemprego, a marginalização econômica e a exclusão política, o que dificulta sua transição para a vida adulta. Deste modo, lutar contra as imposições políticas não era uma opção, mas a única alternativa para sair da pobreza, do desemprego, etc, que afetam jovens de idades biológicas variadas. Assim, de acordo com ela, o conceito de *waithood* ou idade de espera descreve a condição de muitos jovens que, apesar da idade cronológica, não conseguiam atingir a autonomia social e financeira, permanecendo à margem das expectativas sociais. Por sua vez, Costa (2016), abordando a ideia da juventude como “problema”, recorre à concepção de “jovem como risco”, de Dijk et al. (2011). De acordo com Costa (2016) a concepção de jovens como risco seria a situação em que esses são entendidos como perturbadores sociais, ou seja como agentes que colocam a vivência de outros em risco.

Assim, Costa (2016) e Honwana (2012) enfatizam que os jovens não são passivos perante os desafios sociais que enfrentam. Isso pode ser notado na própria advertência feita na letra da música de que eles passariam no hospital, levando a certidão de óbito. Isto é, mesmo vivos, estavam mortos dado o contexto social em que viviam. Assim, manifestar ou se calar não alteraria a condição de que “ Só falta a data e a hora para o matador assinar” o atestado de morte da juventude.

Honwana (2012) argumenta que os jovens, apesar das dificuldades, demonstram grande capacidade de adaptação, ao explorarem novos espaços de ação e resistência, que podem levar a transformações estruturais. Os protestos promovidos pelos jovens, fora dos

⁶ Trecho da letra original. Es musika artis ki na kunsá/no panti ba dja Hospital Nasional Simon Mendes/nunde ku no lantanda no sartidon di obitu/i na sobra so data ku hora pa kin ku na mata pa i sina! Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=njpyVkwBI7U>

partidos políticos, têm potencial de provocar mudanças estruturais, como o caso de *Y'en a marre* no Senegal, de 2011 a 2012, que impediu a reeleição para um terceiro mandato consecutivo de Abdullah Wade para presidente da república, uma vez que um terceiro mandato seguido seria inconstitucional. Na mesma lógica, ao pensar a juventude como solução, Costa (2016), aponta que:

Ao mesmo tempo em que são considerados uma geração perdida são vistos como possuidores de uma agência, de uma potência transformadora (Leblanc, Gomez-Perez, 2012) que permite que estes jovens se autoafirmem social e politicamente, pois, neste sentido, eles são dotados de capacidades de agirem sobre seu próprio meio social” (Costa, 2016, p. 28).

Essas formas de como os jovens se afirmam e são vistos como solução, a partir do debate dessas autoras, mostra como jovens, em certos contextos, rejeitam os modelos de participação políticos tradicionais (Gorczewski e Martín, 2018) e buscam formas de participação fora dos partidos políticos, promovendo discussões por meio das letras das músicas (Barros, 2012) e protagonizando debates, mobilizações e iniciativas comunitárias por meio do ciberativismo (McCaughey e Ayres, 2003; Ugarte, 2008; Rodriguês e Pimenta, 2015).

Apesar de a noção de juventude africana ser situacional, polissêmica e alargada temporalmente, uma definição precisa e fechada ainda continua não condizente com a realidade africana. Assim, esta pesquisa está lidando com três juventudes distintas, a dos governantes que combateram a ditadura, a dos jovens da década de 2000 e 2010 que faziam reivindicações políticas por meio da música e a juventude contemporânea que milita por meio do ciberativismo.

Já no que toca com ciberativismo como forma de participação política, autores como Ajaegbu e Ajaegbu (2024), num estudo sobre impacto das redes sociais no processo político em África, mostram que a entrada da Internet e posteriormente das redes sociais em África, tiveram grande impacto na forma de protestos políticos no continente, porque, segundo eles:

As redes sociais têm sido uma força facilitadora que impulsiona mudanças positivas em regimes democráticos. O surgimento das mídias sociais capacitou os cidadãos a exercer seu direito à liberdade de expressão, facilitando o surgimento de novos atores políticos impopulares e permitindo a defesa de políticas governamentais favoráveis ou reparação contra tratamento injusto (Ajaegbu e Ajaegbu, 2024, p. 2).

Por sua vez, Yameogo (2020), argumenta que, com o advento das redes sociais na

África, em períodos de instabilidade políticas que provocam protestos sociopolíticos, as reivindicações são transferidas para o espaço público on-line. Surge então a questão da real influência destas “novas formas de expressão e de participação democrática na arena pública on-line” (*op.cit.* p. 2). Na mesma linha de argumento, Sebeelo (2020 *apud* Ajaegbu e Ajaegbu, 2024, p. 3) destaca “o potencial transformador das tecnologias digitais no engajamento político na África Subsaariana, exemplificado pelas hashtags nas mídias sociais”. Ou seja, as tecnologias digitais oferecem ferramentas que facilitam o engajamento político nesta região. Por meio de hashtags, os indivíduos podem engajar a volta de um assunto com uma relativa facilidade, às vezes sem precisar expor as suas identidades. Ajaegbu e Ajaegbu (2024) realçam o fato de que o ciberativismo é forma de participação política, predominantemente, exercida pelos jovens em África, eles observam que, embora a conectividade com a internet se apresenta em números menores em África subsaariana em comparação a outras partes do mundo, “a digitalização enriqueceu significativamente a condução da política e o discurso político, especialmente ao amplificar as vozes de grupos marginalizados, como os jovens” (Ajaegbu e Ajaegbu, 2024, p. 4).

Os estudos de Uali (2021) e Yameogo (2020), mostram que a característica do mundo online, este novo espaço público com pouca hierarquia no que diz respeito à dinâmica de mostrar sua opinião, faz com que os jovens adotam as redes sociais como um meio importante para se engajarem. Além disso, há que considerar o facto de que, o ambiente on-line pode servir de uma forma de fugir das repressões policiais que o ativismo off-line por meio de protestos sociais é constantemente vítima.

Para McCaughey e Ayres (2003), o ciberativismo é uma forma de manifestação política na Internet, considerando apenas as ações que ocorrem no ambiente on-line. No entanto, eles não argumentam sobre o modo como as ações do on-line são influenciadas por questões e motivações construídas no off-line, durante a vida cotidiana. Um ponto importante de ser notado é que ao marcar profundamente a separação entre espaço on-line e off-line, eles dão pouca atenção para a complexa relação estabelecida entre estes espaços, pois os atores sociais que atuam dentro e fora da internet são os mesmos.

Ugarte (2008) aprofunda mais sua compreensão com relação a McCaughey e Ayers (2003) ao discutir sobre as novas configurações das redes sociais, notadamente suas vantagens para a mobilização digital. Para Ugarte (2008), o ciberativismo seria,

[...] toda estratégia que persegue a mudança da agenda pública, a inclusão de

um novo tema na ordem do dia da grande discussão social, mediante a difusão de uma determinada mensagem e sua propagação através do "boca a boca" multiplicado pelos meios de comunicação e publicação eletrônica pessoal" (Ugarte, 2008, p.77).

Para Rodriguês e Pimenta (2015), o problema dessa conceituação de Ugarte (2008) é que ela considera a rede “apenas como um fator de aumento de capacidade comunicacional, sem a devida ênfase às suas próprias capacidades como meio” (Rodriguês e Pimenta, 2015, p. 5). No contexto guineense, por exemplo, as redes sociais além de fornecer ferramentas que aumentam o fluxo da comunicação, elas são meio que fornecem interação de forma mais fácil, conectando diferentes atores sociais, como os ciberativistas e consumidores de seus conteúdos.

Pensando o ciberativismo juvenil, associando-o com a problemática da lógica mercantilista neoliberal na transição do século XX para XXI, Comaroff e Comaroff, (2000, p. 94), afirmam que: “Os jovens recorreram à Internet e aos protestos de rua, enquanto a economia pós-fordista transformou as relações entre capital e trabalho, alterando profundamente as geografias globais de produção”. Para eles, a emergência do capitalismo neoliberal transformou a conceituação modernista da juventude que associava a juventude a violência e à desordem social. As novas tecnologias de informação e comunicação diversificaram não só os modos de produção e reprodução econômica, mas também promoveram mudanças nos sujeitos transformando suas identidades e cidadania, bem como revolucionando a forma de participação política e social.

A internet foi o meio privilegiado que facilitou e ampliou a transmissão de demandas e informações para um público cada vez maior. Para Comaroff e Comaroff, (2000, p. 101), esse aspecto trouxe um novo ciclo na “história da juventude: uma ‘cultura jovem’ mediada eletronicamente, que é uma de suas expressões culturais o mais recente, o mais abrangente, fornecendo um léxico para a afirmação de jovens em todo o mundo como atores por direito próprio”. Na dinâmica da participação política da juventude guineense nos dois períodos em análise, num primeiro momento, entre 2005 e 2012, de acordo com Barros (2012) além das perseguições, os rappers depararam com obstáculo de divulgação das suas músicas sendo que as rádios, que eram o meio principal de divulgação das suas músicas, eram também monitorados pelo poder político. Mas agora, com o advento das redes sociais no país, os ciberativistas contam com um campo muito dinâmico para divulgação das suas mensagens de engajamento político (Uali, 2021).

Na mesma lógica, debatendo a influência do capitalismo neoliberal nas novas formas de reivindicação adotada pela juventude contemporânea, os Comaroff e Comaroff, (2000)

deduzem que esse modelo do capitalismo tinha os jovens como uma faixa do mercado econômico a ser ganho, em meados ao fim do século XX. Esses jovens, segundo eles, eram considerados como uma faixa social “inconsciente” na medida em que não tinham autonomia sobre seus desejos. Isto é, a juventude, sobretudo africana, estava sendo inserida dentro do modelo de consumo capitalista, sem ter, portanto, o poder de compra devido aos altos índices de desemprego e a baixa escolarização.

O poder da circulação da informação no ciberespaço, sobretudo para facilitar as mobilizações sociais podem ser notadas a partir de 2010, com os primeiros protestos organizados por meio da internet (Honwana, 2012, 2014; Ugarte, 2008; Rodriguês, Pimenta, 2015). Pode-se citar o exemplo da primavera árabe, cuja manifestação de 6 de Abril 2008 foi organizada por jovens egípcios na internet, motivando a população a se manifestar contra o regime de Hosni Mubarak. Outros movimentos notáveis organizados on-line foram o *Los Indignados* na Espanha, que a partir de 2011, dentre muitas pautas, protestava contra alta taxa de desemprego, a democracia pouco representativa liderada por um pequeno grupo de elite política e econômica no país; a Geração à Rasca em Portugal, nos anos 2011 e 2012, protestava contra alto desemprego juvenil, a desigualdade social, as medidas de políticas de austeridade impostas no país em resposta à crise económica de 2008, o *Y'en a Marre* no Senegal, movimento fundado pelos jovens músicos e jornalistas senegaleses em 2011 contra a má governança do então presidente Abdoulaye Wade; e o *Occupy Wall Street* nos EUA, 2011, que tinha como proposta principal a diminuição do poder excessivo das grandes corporações (Honwana, 2012; Rodriguês e Pimenta, 2015).

A popularidade desses movimentos influenciou vários ativistas em África como os movimentos em torno do caso Sonko-Adji Saar no Senegal (Grutjen, 2024) e o ativismo político na Guiné. A internacionalização dos protestos da primavera árabe, fez com que esse movimento de protestos influenciasse muitos Ciberativistas na África e na Guiné-Bissau. O contexto onde as manifestações da Primavera Árabe ocorreram, tem uma relativa semelhança com o contexto sociopolítico guineense. Ou seja, ambos são espaços marcados por repressão política que estimularam os jovens a se engajar politicamente tanto em canais tradicionais de participação política quanto não convencionais.

A “Educar Mentres para Democracia”, gerida por um ciberativista que se identifica como Tércio Tete, é uma das páginas de ciberativismo guineense no Facebook que se destaca por suas reivindicações e debates sobre assuntos sociopolíticos na Guiné. Tanto a página

quanto o perfil deste ciberativista, são grandes espaços de denúncia, debate e análise dos temas da atualidade sociopolítica guineense. A título de exemplo, podemos observar que numa de suas publicações, ele criticava os partidos políticos no geral pela passividade que tinham em relação à atitude do presidente no que diz respeito à marcação da data das eleições presidenciais e legislativas em 2024. O título da postagem⁷ trazia o seguinte questionamento: “Entre os partidos políticos e as instituições da república: Quem defende a democracia na atual Guiné-Bissau?” (Educar Mentos Para Democracia, 2024).

Sobre a fraqueza institucional que se verifica no aparelho político-jurídico do país, o perfil (*op. cit*) afirmava que:

Nos dias de hoje, torna-se repetitivo “vozes papagaios” e propagandistas que se afirmam serem defensores da democracia e do estado de direito democrático na Guiné-Bissau, quando que na verdade, são Charlatões, antidemocráticos e eleitores. Há uma pequena quantidade (para não dizer todos eles) de funcionários públicos que apenas estão para obedecer ordens e decretos ilegais, principalmente os que ferem os princípios da democracia. Se não vejamos, os tribunais se despiram dos escrúpulos para saciar os caprichos do Presidente da República que interfere sistematicamente nos partidos políticos, e homologa as decisões arbitrárias (Educar Mentos para Democracia, 2024).

Já em tom de crítica à negligência constitucional por parte do presidente e a passividade dos partidos políticos em relação a decisão do presidente de marcar eleições antecipadas sem respeitar os ditames da lei, afirma que:

O Presidente da república ao convocar mais uma eleição antecipada, impõe um decreto que viola a democracia, porque atropelou claramente a constituição (artigo 94;1 “parlamento não pode cair nos próximos 12 meses posteriores”). Os políticos e partidos antidemocráticos, esfomeados e lazaros que se dizem defensores das leis da república vão todos as eleições mesmo cientes da grande margem de fraude existente, e para depois reclamarem “ilegalidades”. Mas que ilegalidade? Nada que nasceu da violação da lei observará a legalidade, ou seja, o decreto que convocou as eleições sendo ilegal, o ato eleitoral em si também é ilegal contudo os partidos vão participar porque não têm compromissos com a defesa dos valores, apenas vivem do poder, e as eleições para eles, é sempre o caminho a seguir como um grupo de rebanho, a procura dos seus pastores (*op. cit.*).

Este post mostra como os ciberativistas guineenses se engajam em torno de assuntos muito importantes no contexto sociopolítico da Guiné-Bissau. Observa-se ainda que, esses

⁷ Postagem no Facebook, disponível no seguinte hiperlink: <https://www.facebook.com/100069358005852/posts/858809343107658/?mibextid=rS40aB7S9Ucbxw6v>

dois perfis dentre outros de carácter engajadora nas redes sociais, exprimem uma nova forma de participação política “não convencional” que tende a ser feita de forma individual dentro dum grupo que se engaja à volta dum tema em comum. Este tipo de engajamento nem sempre funciona, criando uma identidade colectiva, como os movimentos sociais convencionais atuavam. Percebe-se que com o avanço da internet, torna-se mais difícil essa criação de identidade colectiva o que acaba por justificar a tendência deste activismo de modo individual ou em pequenos grupos em detrimento dos tradicionais movimentos (McCaughey e Ayers, 2003). Sobre isso, Yameogo (2020, p. 6) afirma que:

Se o ativismo de rua é uma ação coletiva, o ativismo online utiliza dois modos de expressão: o individual e o coletivo, que se realiza dentro de uma comunidade ligada pelo mesmo objetivo, grupos do Facebook, por exemplo. (Yameogo, 2020, p. 6).

Esta dinâmica do ciberativismo de se adaptar a esses dois modos de se engajar, individual ou em grupo, segundo Yameogo (2020) facilita a democratização do debate ao fornecer espaço para que todos possam apresentar suas opiniões diretamente e em público. Isso tem ajudado na ampliação dessa esfera pública dentro do contexto guineense. Compreende-se que este aspecto de participação individual e coletiva, pode ser observada tanto na participação política dos jovens guineenses ciberativistas, quanto na dos músicos que, de acordo com Barros (2012), se manifestavam também em grupo e individualmente.

3.1.Participação Política entre a juventude do rap e a juventude ciberativista

O conceito proposto por Milbrath (1965 *apud* Borba, 2012) de participação política está relacionado com o engajamento em assuntos relacionados ao momento eleitoral, excluindo desta caracterização todos os engajamentos não relacionados intrinsecamente ao momento eleitoral, como protestos de rua e greves, etc. Borba (2012) aponta que esta definição parte duma concepção temporalmente marcada em que protestos eram uma anomalia das democracias nos países em desenvolvimento e não necessariamente uma forma de participação política. Além disso, ele aponta que a definição de Milbrath classificava os cidadãos de acordo com nível de engajamento destes: “os passivos”, que não participam, “os espectadores”, aqueles que tinham um envolvimento mínimo, e os “gladiadores”, os ativistas partidários (Borba, 2012, p. 267). Portanto o modelo de Milbrath é um modelo

unidimensional porque considera a participação política como algo exclusivamente ligado à dimensão eleitoral.

Van Deth (2001; 2014) e Borba (2012) consideram que o estudo do Projeto Political Action, por meio do trabalho de Barnes e Kaase (1979), constitui o ponto de virada no debate na conceituação de participação política, porque passa a incorporar os protestos políticos, greves, boicotes como formas de participação política legítimas. O trabalho de Barnes e Kaase (1979) classifica a participação política em dois tipos, a convencional e a não convencional. A participação convencional, está relacionada às formas de participação ligadas ao momento eleitoral, por exemplo, militar-se em partidos políticos, participar de comícios eleitorais, fazer campanha eleitoral, voto, activismo dentro de partidos políticos, etc. Percebe-se que a ideia de participação política convencional aqui é o que Milbrath chama de “participação política de modo geral”. Já a participação não convencional engloba as ações relacionadas aos protestos como assinar um abaixo-assinado, participar de manifestações legais, participar de boicotes, recusar-se a pagar aluguel ou impostos como forma de protesto contra governo, ocupar edifícios ou fábricas, bloquear o tráfego com demonstrações de rua, participar de greves, etc.,. Deste modo, a música e o ciberativismo como forma de participação, podem ser incluídos como formas de participação política não convencional.

Outra concepção que apoia essa ideia de Barnes e Kaase em incorporar a participação não convencional na definição de participação política, é o estudo de Delfino e Zubietta (2010). Elas argumentam que esses aspectos devem ser incluídos dentro desse conceito desde que influenciam nas tomadas de decisão do governo ou influenciam na formação de estrutura político-administrativo dos países. Na mesma linha, Sabucedo (1996 *apud* Delfino e Zubietta 2010) considera que a participação política,

refere-se a aquelas ações intencionais, legais ou não, desenvolvidas por indivíduos e grupos com o objetivo de apoiar ou questionar qualquer um dos diferentes elementos que compõem a esfera política: tomada de decisões, autoridades e estruturas. (Delfino e Zubietta, 2010, p. 213).

Todavia, quanto ao debate sobre participação política em África, constata-se também que não há consenso sobre o que é participação política. Krawczik e Sweet-Cushman (2017) argumentam que os estudos sobre participação política na África Ocidental se centram mais sobre o processo eleitoral. Isto demonstra a necessidade de se aprofundar sobre as formas contemporâneas de participação política africana fora do período das eleições. Para

eles, esse foco sobre as eleições se dá por ser este o único momento em que a participação popular pode influenciar as decisões sociopolíticas nacional e regional. No entanto, a experiência social tem mostrado que, em muitos países dessa região, mudanças políticas relevantes foram impulsionadas pelos protestos sociais, ativismo digital, debates políticos e outras formas de participação política não convencional.

Durham (2011) argumenta ainda sobre a relação entre juventude e imaginação social em África, embora fale sobre a necessidade de questionar como e onde estes jovens estão se envolvendo nos assuntos políticos, ela aponta que,

Novas formas de participação política e autoridade excluem e incluem os jovens de novas maneiras, e os debates sobre essas novas formas são debates sobre a natureza da cidadania, das responsabilidades e sobre a natureza moral, imoral e amoral da ação social; questões particularmente graves para os jovens, que estão mudando rapidamente e de diversas maneiras. Mudanças nas tecnologias de governança, muitas vezes moldadas pelos discursos ocidentais e pela indústria do conhecimento das ciências sociais, visam e redefinem os jovens por meio de escolas e outras iniciativas educacionais; por meio de programas de saúde e sexualidade e por meio de tentativas de controlar os movimentos populacionais (Durham, 2011, p. 56).

Ampliar a participação política é certamente um dos desafios do continente africano e da Guiné-Bissau em particular. A sobreposição dos poderes estatal, tradicional, religioso, face ao das organizações político-econômicas regionais aumenta a complexidade da ideia de participação política no continente africano. A diversidade regional, demográfica e de estruturas administrativas, reforça a não homogeneização da noção de participação política no continente. De acordo com De Amaral (2017), Barros (2012), Durham (2011), dentre outros, a participação política dos jovens é um aspecto importante, especialmente em um continente onde a maioria da população é jovem. Muitos jovens recorrem à política como meio de alcançar estabilidade financeira e oportunidades de emprego. Assim, se a juventude atual está conectada às redes sociais e a juventude anterior estava conectada à música, formas ativas de participação social não institucionalizadas, há uma necessidade crescente de se entender com maior profundidade quais as mudanças que estas formas de manifestação política e social têm impactado o modo de se fazer política.

Barros (2012), ao falar da música como forma de participação político juvenil na Guiné-Bissau, mostra que o rap emergiu como uma forma de contestação política e social, dando voz aos jovens em um contexto onde os protestos são controlados e de baixa intensidade. O rap, para ele, tem sido usado para denunciar a corrupção, a violência e a falta

de oportunidades, que mobilizavam os jovens para a ação cívica. Ele realça que as rádios comunitárias como Rádio Jovem e Pindjikiti contribuíram na promoção e divulgação dessas músicas rap para a sociedade guineense. Destacou programas “Rap pa raperus” (Rap para rappers) da Rádio Pindjiguiti e “Ondas Culturais” da Rádio Jovem, como um dos principais veículos de divulgação desse modelo de ativismo juvenil guineense.

O trabalho de Barros é muito importante quando vamos analisar a questão da censura política contra alguns grupos musicais guineenses, que conseguiram apresentar suas reivindicações por meio de músicas, inspirando certos movimentos sociais de contestação ao governo. Neste sentido, Semedo (2020) relata que estas manifestações musicais conseguiram mobilizar na Guiné-Bissau nos anos 2010 grupos de manifestantes, por exemplos os grupos “Movimento de Cidadãos Conscientes e Inconformados” e “Bassora de Povo” que agregam jovens ativistas políticos a debater os assuntos políticos do país. Embora esses movimentos não tenham conseguido ter longevidade devido à repressão política, eles conseguiram, como argumenta Semedo (2020), promover debates abertos entre os candidatos às eleições de 2014 no país. Mesmo sabendo que esses movimentos não conseguiram manter suas reivindicações por muito tempo, reconhece-se o impacto das reivindicações sociopolíticas dos rappers na mudança social no país.

Tanto Barros (2012) quanto Semedo (2020) realçam a continuidade da instabilidade política e econômica guineense, desde ao menos o início da democratização do país nos anos 1990 marcada por assassinatos, golpes e má governança. Para eles, a continuidade direta dessa repressão sobre a população desempenhou um papel crucial na construção de uma cidadania ativa entre os jovens, promovendo a participação política e a luta por mudanças sociopolíticas, tanto por meio da música (Barros, 2012), como por ativismo digital (Uali, 2021). A ideia de Barros (2012) e Semedo (2020) sobre a influência do contexto político na participação política dos cidadãos, corrobora a teoria de estrutura de oportunidades política desenvolvida por Tarrow (1996). Esta abordagem teórica dentro da sociologia política, explora como o contexto político influencia na participação e mobilização sociopolítica, sendo um aspecto importante para compreender as formas de participação política não convencional como a Música e o Ciberativismo.

4.OBJETIVOS

4.1.Objetivo Geral

Compreender como a participação política juvenil guineense se transformou ao longo dos anos de uma manifestação por meio das letras das músicas para o ciberativismo. Isto, pois a **hipótese** desta pesquisa é que a mudança na forma de se manifestar, da música para o ciberativismo, foi possibilitada pelo processo de migração guineense para o exterior. Isto, pois o governo cria constantemente meios constitucionais e/ou inconstitucionais de repressão interna. Deste modo, músicas de manifestação política e manifestações sociais nas ruas são alvos de constantes controles por parte do governo, enquanto que o ambiente on-line consegue escapar a este controle, permitindo que a diáspora guineense movimente os debates públicos sobre o cenário político nacional.

4.2. Objetivos Específicos

- 1- Analisar a percepção dos jovens sobre o que é participação política;
- 2- Analisar como se dava a manifestação política nas letras das músicas;
- 3- Analisar como se dá a manifestação política dos ciberativistas nas redes sociais;
- 4- Identificar como o governo consegue ou não regular as manifestações políticas da juventude em ambiente físico (manifestações presenciais) e em ambiente on-line.

Considerando todos esses aspectos, a nossa investigação busca compreender o processo pelo qual a participação política juvenil guineense se transformou ao longo dos anos de uma manifestação por meio das letras das músicas para o ciberativismo. Para tal, será necessário identificar as diferenças e semelhanças entre as duas formas de participação política dentro da ideia de participação política não convencional, assim o estudo buscará identificar quais são as características distintivas do ciberativismo juvenil em comparação com as formas de participação política expressas em letras de músicas.

Tendo em consideração que as formas de participação política convencional, tendem a ser influenciadas por contextos políticos, de acordo com a teoria de estrutura de oportunidade

política (Tarrow, 1996), onde a transformação para uma nova forma de participação pode ser influenciada pelas características que a última oferece. Assim, esta pesquisa procura entender como as letras de músicas ainda influenciam ou se conectam com o ciberativismo como forma de participação política da juventude guineense. Aqui serão exploradas as possíveis interconexões entre as duas formas, buscando analisar, criticamente, o campo que cada forma de participação dá dentro de contexto de proibição de protestos ou de relativa suspensão democrática. Reflectindo sobre essa nova forma de participação política contemporânea, por meio do ciberativismo e sua capilaridade social e de supressão da relação tempo-espço, este estudo busca atualizar e ampliar as reflexões sobre a situação de *waithood*.

Tal conceito será retomado como central para se entender quais são os desafios, limitações e potenciais associados ao ciberativismo para superar as condições de vida de precarização social, econômica e política em comparação com as possibilidades de transformações sociais provocadas pela música.

5. JUSTIFICATIVA

Os protestos sociais ocorridos no Senegal entre 2021 e 2024, organizados pela sociedade civil contra as tentativas de violação constitucional promovidas pelo então presidente Macky Sall, despertaram meu interesse particular no tema da juventude e ativismo social. A significativa participação da juventude senegalesa, marcada pelo compromisso e determinação em preservar uma das democracias mais consolidadas do continente africano, bem como a forma estratégica com que esses jovens utilizaram as redes sociais para amplificar suas reivindicações, suscitaram o desejo de aprofundar o estudo sobre a participação política juvenil.

Foi com esse interesse que iniciei minha trajetória de pesquisa acadêmica por meio do projeto de iniciação científica intitulado “Apelo às moralidades: capitalismo, política e cosmologias religiosas ‘tradicionais’ e islâmicas”, coordenado pela professora Dra. Ana Carolina Costa. Nesse contexto, desenvolvi um estudo centrado no ativismo sociopolítico da juventude senegalesa, com foco no caso Ousmane Sonko-Adji Sarr. O caráter abrangente do projeto permitia a investigação de temas diversos relacionados ao eixo principal da pesquisa, possibilitando que eu direcionasse meus esforços ao tema que já me inquietava.

Durante o desenvolvimento dessa pesquisa, especialmente por meio das leituras e discussões realizadas no grupo de pesquisa, tornei-me cada vez mais instigado a estabelecer paralelos entre o contexto senegalês e a realidade sociopolítica da Guiné-Bissau. A observação atenta das redes sociais permitiu identificar um espaço dinâmico de debate protagonizado por jovens guineenses, nos quais se expressavam posicionamentos diversos sobre decisões governamentais e outras questões sociopolíticas. Ao associar esses discursos com as leituras teóricas sobre ativismo político, debruicei-me sobre o conceito de «ciberativismo» — entendido como o ativismo conduzido por meio de ferramentas digitais — o qual revelou-se especialmente relevante para a análise das novas formas de participação política da juventude guineense.

A partir dessa perspectiva, obras como as de Semedo (2020), sobre os protestos sociais organizados por movimentos sociais na Guiné-Bissau, e a de Barros (2012), que analisa o rap como forma de expressão política juvenil durante períodos de suspensão democrática, evidenciaram lacunas na literatura quanto ao estudo do ciberativismo no país. Dessa forma, optei por investigar a transição da participação política juvenil guineense — das letras de músicas de protesto para práticas de ciberativismo — como uma forma contemporânea de engajamento político.

Além disso, as leituras sobre impactos de pesquisa social, lidas no âmbito do grupo de pesquisa citado, também foram determinantes para a definição do tema. O conceito de « impacto de pesquisa » desenvolvido por Kate Williams (2020), define que os resultados de estudos acadêmicos devem gerar efeitos relevantes em diferentes esferas. No campo acadêmico, a pesquisa contribui para enriquecer a literatura existente, para a disseminação do conhecimento e por meio da ampliação, modificação ou exclusão de categorias analíticas de acordo com as dinâmicas sociais. No campo político, esta pesquisa pode fornecer subsídios à formulação de políticas públicas voltadas à juventude, além de fornecer análises sobre os processos democráticos e sobre a participação social. Em termos de utilidade prática, espera-se que os resultados desta pesquisa contribuam para a qualificação dos debates sociopolíticos travados por jovens guineenses e ofereçam reflexões sobre a eficácia do ciberativismo como estratégia de engajamento político.

A escolha do tema fundamenta-se também na constatação, a partir da revisão de literatura realizada, da escassez de estudos dedicados à participação política juvenil na Guiné-Bissau, especialmente no recorte temporal proposto. Dessa forma, os resultados da pesquisa

podem trazer contribuições relevantes, tanto ao ampliar o corpo teórico sobre o tema quanto ampliar o ciberativismo como um novo campo de análise em contextos africanos. Ademais, esta pesquisa pode oferecer subsídios importantes para o debate internacional sobre juventude e desenvolvimento, dialogando com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) e com as metas da Agenda 2063 da União Africana (UA).

Por fim, compreende-se que, diante da conjuntura sociopolítica e econômica da Guiné-Bissau desde a abertura política de 1991, o país constitui um cenário propício para investigações aprofundadas sobre a juventude. Tais estudos são fundamentais para compreender como essa camada social interpreta suas demandas e atua na construção de caminhos para o desenvolvimento sociopolítico de uma nação marcada por frequentes crises e instabilidades. O recorte temporal definido possibilita ainda a análise do posicionamento juvenil em momentos críticos da vida política nacional, contribuindo para a compreensão de processos democráticos em sociedades em desenvolvimento.

6.METODOLOGIA

Considerando o problema, a hipótese e os objetivos de pesquisa será necessário trabalhar com diferentes técnicas de coleta e análise de dados para que seja possível responder às inquietações aqui propostas. Portanto, para cada objetivo específico apresentarei a seguir uma tarefa. O que classifico como tarefas são atribuições metodológicas necessárias para responder a cada objetivo.

O estudo de caso, através da abordagem qualitativa, é a estratégia metodológica da qual essa investigação se baseará, isso porque o presente trabalho tem como propósito básico compreender a transformação de forma de participação política dos jovens guineenses ao longo dos anos. Yin (2015), conceitua o estudo de caso como uma metodologia rigorosa e flexível que permite aos pesquisadores explorar fenômenos complexos em seus contextos reais, utilizando múltiplas fontes de evidência para construir uma compreensão profunda e rica do caso em questão. De acordo com Yin (2015), os estudos de casos podem ser de caso único ou de caso múltiplo. Um projeto de estudo de caso único é quando se propõe a analisar somente um caso e, um projeto de estudo de caso múltiplo é quando a investigação se propõe

a analisar dois ou mais casos.

No caso do nosso trabalho, ele será um estudo de caso múltiplo porque analisaremos o caso da participação política dos jovens guineenses por meio da música (primeiro caso), e também analisaremos a participação política dos jovens guineenses por meio do ciberativismo (segundo caso). Depois, será feita análise comparativa entre os dois casos para compreender como se deu a transformação na participação política juvenil do caso 1 para o caso 2. Então, a complexidade do problema que essa investigação se propõe responder, justifica a escolha dessa estratégia de pesquisa, o estudo de caso, pois tal como afirma Yin, ela nos dá possibilidade de usar múltiplas fontes de evidência e múltiplas técnicas de análise.

Tarefa de pesquisa 1: Percepção dos jovens sobre Participação política

Objectivo: Analisar a percepção dos jovens sobre o que é participação política.

Descrição: Nesta tarefa de pesquisa, a coleta dos dados se dará por meio de entrevistas com jovens músicos e ciberativistas para compreender a percepção deles sobre o que é “participação política”. O intuito das entrevistas é entender a percepção dessa juventude sobre o que é participação política explorando, de forma mais profunda possível, o seu entendimento sobre o assunto. De acordo com Haguette (1997, p. 86), a entrevista como técnica de pesquisa pode ser entendida como “um processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, um entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado”. Para tanto, serão feitas um total de 4 entrevistas, duas com 2 músicos e outras com 2 ciberativistas. Para esta investigação, será empregada a entrevista semiestruturada, que de acordo com Lima (2016, p. 28), possibilita a “livre manifestação do respondente, porém o entrevistador conduz a entrevista seguindo um roteiro”. Essa forma de entrevista nos ajudará a não fugir muito do nosso roteiro de pesquisa que se baseará, naturalmente, no objetivo geral deste estudo. De acordo com Boni e Quaresma (2005, p. 75), na entrevista semiestruturada,

O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal. O entrevistador deve ficar atento para dirigir, no momento que achar oportuno, a discussão para o assunto que o interessa fazendo perguntas adicionais para elucidar questões que não ficaram claras ou ajudar a

recompor o contexto da entrevista, caso o informante tenha “fugido” ao tema ou tenha dificuldades com ele. Esse tipo de entrevista é muito utilizado quando se deseja delimitar o volume das informações, obtendo assim um direcionamento maior para o tema, intervindo a fim de que os objetivos sejam alcançados (Boni, Quaresma, 2005, p. 75).

Tarefa de pesquisa 2: Manifestação política através de músicas

Objectivo: Analisar como se dava a manifestação política nas letras das músicas

Descrição: Para esta tarefa de pesquisa será empregada a análise de conteúdo por entendê-la como uma ferramenta útil para se compreender como se dava o engajamento político nas letras das músicas. A escolha dessa técnica fundamenta-se na visão da Laurence Bardin (1977), que define a análise de conteúdo como,

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin, 1977, p. 43).

Para tanto, serão analisadas 4 músicas: Culpadus⁸ de Torre Gémeos, 2008; Caminho Sukuru⁹ de FBMJ, 2008; No kansa Golpe¹⁰ de Masta Tito, 2012; e Bo obi Mas¹¹ de Balobeiros, 2007.

A escolha destas músicas se deu por terem sido produzidas no período em que esta pesquisa se propõe a trabalhar, entre 2005 e 2024; e, sobretudo, por estas músicas terem tido uma alta penetração entre a juventude guineense.

Tarefa de pesquisa 3: Manifestação política nas redes sociais

Objectivo: Analisar como se dá a manifestação política dos ciberativistas nas redes sociais

⁸ Torres Gémeos em Som da Pátria da GW. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-3RYGhFWgQ0>.

⁹ FBMJ em Guiné-Bissau e Cabo Verde. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ivucekPpIAI>.

¹⁰ Masta Tito em Som da Pátria GW. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IDocJgsfB6E>.

¹¹ Baloberos em Som da Pátria GW. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-agC8qxLHdU>.

Descrição: Para esta tarefa de pesquisa será feita uma Netnografia nas páginas dos ciberativistas nas redes sociais para compreender, com maior profundidade, como eles promovem a sua participação política através dessas ferramentas no ambiente digital. Robert Kozinets, um pioneiro da pesquisa “netnográfica” como estratégia de pesquisa científica, desenhou essa estratégia de pesquisa como uma etnografia on-line. Para Kozinets (2014), a Netnografia é um método de pesquisa que investiga comportamentos culturais e sociais em ambientes on-line, usando comunicações mediadas por/no meio digital como fonte de dados. Ou seja, a pesquisa netnográfica é uma pesquisa observacional baseada em trabalho de campo on-line.

As observações serão feitas nas páginas/perfis dos ciberativistas nas redes sociais - restritas ao Facebook e Tik Tok, duas das principais redes sociais em contexto africano. Embora, não haja como precisar a amplitude do uso destas duas plataformas na Guiné-Bissau, em todo o continente africano são estas as mídias mais utilizadas (Affagnon, 2022). Pode-se encontrar nelas muitas publicações e interações dos ciberativistas para difundir suas propostas.

Tarefa de pesquisa 4: Governo e regulação ou não das manifestações offline e online

Objetivo: Identificar como o governo consegue ou não regular as manifestações políticas da juventude em ambiente físico (manifestações presenciais) e em ambiente on-line

Descrição: Esta tarefa de pesquisa se propõe a identificar e analisar informações jornalísticas que forneçam informações sobre a atuação do governo guineense na participação política juvenil, tanto em ambiente on-line quanto durante o período de manifestação das músicas. De acordo com Sá-Silva, *et al.* (2009, *apud* Junior *et al.*, 2021),

a riqueza de informações que se pode ser extraído e resgatado dos documentos justifica o seu uso em várias áreas das Ciências Humanas e Sociais, uma vez que possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural” (Junior *et al.*, 2021, p. 39).

Embora as reportagens não sejam documentos oficiais, aqui eles serão entendidos como fonte documental de ambas as épocas. Isto por fornecerem, detalhadamente, os

processos de intervenção do governo em manifestação política juvenil no país. Além disso, serão analisadas também as comunicações dos governos por meio dos despachos em torno de momentos de protestos sociopolíticas dentro do período em análise.

7. REFERÊNCIAS

AFFAGNON, Qemal. TikTok: la politique de désinformation sous couvert du divertissement en Afrique. **IJPSAT**, Vol. 34 No. 2, 2022, p. 309-313.

AJAEGBU, Oguchi Onyeizu; AJAEGBU, Chigozirim. The new democratisation: social media impact on the political process in Sub-Saharan Africa. **Frontiers in Communication**, v. 9, p. 1394949, 2024.

BAMBA, Mohamed. O Hip Hop africano: uma forma de re-ligação do continente a negro com a diáspora. **Salvador: ENECUTE-UFBA**, 2007.

BARDIN, Lawrence. Análise de conteúdo. **Lisboa: edições**, v. 70, p. 225, 1977.

BARROS, Miguel De. Participação Política Juvenil em Contextos de “Suspensão” Democrática: a música rap na Guiné-Bissau. **Revista Tomo**, n. 21, p. 169-200, 2012. Disponível em: <https://ufs.emnuvens.com.br/tomo/article/view/900>. Acesso em: 20 fev 2023.

BORBA, Julian. Participação política: uma revisão dos modelos de classificação. **Sociedade e Estado**, v. 27, p. 263-288, 2012.

CANDÉ MONTEIRO, Artemisa Odila et al. Guiné-Bissau: da luta armada à construção do estado nacional: conexões entre o discurso de unidade nacional e diversidade étnica (1959-1994). 2013.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 15, p. 679-684, 2006.

CARVALHO, Ricardo Ossagô de. Que democracia? O processo de transição política

guineense e a atuação das forças armadas na condução da política nacional (1994-2009). 2010. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Ciência Política)–Universidade Federal do Piauí, Teresina.

CHIRENJE, Grace. THE CHANGING CONCEPT OF YOUTH IN AFRICA: From “Children” to Harnessing Them as a Demographic Dividend. **BUWA: A Journal on African Women’s Experiences**, n. 8, p. 6-11, 2017.

COMAROFF, Jean; COMAROFF, John. Réflexions sur la jeunesse. **Politique africaine**, v. 80, n. 4, p. 90-110, 2000.

COSTA, Ana Carolina de Oliveira. Guerra no plural: magia, conflitos geracionais e o estado em Serra Leoa e Libéria. 2016.

COSTA, Angelo. Segurança Interna/Ministério de Interior Proíbe Manifestações Públicas em Todo o Território Nacional. **ANG**, 2024. Disponível em: <https://ang.gw/seguranca-interna-ministerio-de-interior-proibe-manifestacoes-publicas-em-todo-o-territorio-nacional/>. Acesso em 20 nov. 2024.

DE AMARAL, Alcides André. Youth Is Just a Lie. **Youth in Africa**. n. 8, p.12-15, 2017.

DELFINO, Gisela I.; ZUBIETA, Elena M. Participación política: concepto y modalidades. **Anuario de investigaciones**, v. 17, p. 211-220, 2010. Disponível em: https://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851-16862010000100020&ln. Acesso em: 25 fev. 2025.

DURHAM, Deborah. Los jóvenes y la imaginación social en África: introducción. **Cuadernos de antropología social**, n. 33, p. 53-69, 2011.

GORCZEWSKI, Clovis; MARTÍN, Nuria Belloso. Cidadania, democracia e participação política: os desafios do século XXI. 2018. Disponível em: <https://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/2735/1/Cidadania%2C%20democracia%20e%20participa%C3%A7%C3%A3o%20pol%C3%ADtica.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2025.

GUINÉ-BISSAU. Assembleia Nacional Popular. Constituição da República da GuinéBissau. Boletim Oficial, 4 de dezembro de 1996. Disponível em:

<https://www.parlamento.gw/leis/constituicao/constituicaoguine.pdf/view>. Acesso em: 25 fev. 2025.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. Metodologias qualitativas na sociologia. 5ª edição. Petrópolis: vozes, 1997.

HONWANA, Alcinda. Juventude, waithood e protestos sociais em África. **Desafios para Moçambique**, p. 399-412, 2014.

HONWANA, Alcinda. **The time of youth: Work, social change, and politics in Africa**. Lynne Rienner Publishers, 2012.

HONWANA, Alcinda. **Youth and revolution in Tunisia**. Bloomsbury Publishing, 2013.

JUNIOR, Eduardo Brandão Lima et al. Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 44, 2021.

Koudawo, F. Mendy, P.K. (1996), Pluralismo político na Guiné-Bissau, uma transição em curso, INEP, Bissau, Guiné-Bissau.

KOZINETS, Robert V. **Netnografia: realizando pesquisa etnográfica online**. Penso Editora, 2014.

KRAWCZYK, Kelly Ann; SWEET-CUSHMAN, Jennie. Compreendendo a participação política na África Ocidental: A relação entre boa governança e engajamento de cidadãos locais. **International Review of Administrative Sciences**, v. 83, n. 1, p. 136-155, 2017. Disponível em:

https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0020852315619024?casa_token=oxGql2T6uRMAAAAA:FvMVpNFHYPMZh8reBvaIeDjZELRIfV9plbPQtKSwnL1kT--3S45RKJ5jufCk-PBAccrGWLkNCaCc. Acesso em: 24 fev. 2025.

LIMA, Márcia. O uso da entrevista na pesquisa empírica. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: bloco qualitativo**, p. 24-41, 2016.

MANGO, Calido; KREUZ, Débora Strieder. A perseguição política na Guiné-Bissau e os desafios para a consolidação dos Direitos Humanos. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 10, n. 2, p. 1-19, 2024.

MCCAUGHEY, Martha; AYERS, Michael D. (Ed.). **Cyberactivism: Online activism in theory and practice**. Psychology Press, 2003.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & ensaios**, n. 32, p. 122-151, 2016.

RODRIGUES, Luciana Ribeiro; PIMENTA, Francisco José Paoliello. Discussões sobre o conceito de ciberativismo e suas práticas atuais através de uma abordagem pragmaticista. In: **Intercom–Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação–Rio de Janeiro, RJ–4 a. 2015**.

SEMEDO, Rui Jorge. Ativismo político-social e crise institucional na Guiné-Bissau: caso do MCCI, Bassora di Povu, O Cidadão e Voz do Cidadão do Mundo. **Cadernos de Estudos Africanos**, n. 40, p. 13-36, 2020.

SOUSA, Miguel Girão de. Guiné-Bissau: o golpe militar de 12 de abril e a necessidade da reforma do sector de segurança. 2013.

SUCUMA, Arnaldo. A conjuntura do Estado e ensino superior na Guiné-Bissau. **Estudos de Sociologia**, v. 1, n. 23, p. 251-303, 2017.

SUCUMA, Arnaldo. Política e Democracia na Guiné-Bissau pós-colonial. **Africa Development/Afrique et Développement**, v. 46, n. 2, p. 37-70, 2021.

TARROW, Sidney. States and opportunities: The political structuring of social movements. **Comparative perspectives on social movements: Political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings**, v. 90, n. 2, p. 41-61, 1996.

UALI, Dauda. O uso político das mídias digitais na Guiné-Bissau: o Facebook nas eleições presidenciais de 2019. **Revista Três Pontos**, v. 18, n. 1, 2021.

UGARTE, David de. O poder das redes: manual ilustrado para pessoas, organizações e empresas, chamadas para o ciberativismo. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

UNILAB. **Guiné-Bissau** – Presidente demite Governo. [S. l.], 14 ago. 2015. Disponível em: <https://unilab.edu.br/2015/08/14/guine-bissau-presidente-demite-governo/>. Acesso em: 05 mar. 2025.

VAN DETH, Jan W. A conceptual map of political participation. **Acta politica**, v. 49, p. 349-367, 2014.

VAN DETH, Jan W. Studying political participation: Towards a theory of everything. In: **Joint sessions of workshops of the European consortium for political research**. Grenoble, 2001. p. 6-11.

YAMEOGO, Lassané. Activisme en ligne et transformations sociopolitiques au Burkina Faso. **Communication. Information médias théories pratiques**, v. 37, n. 2, 2020. Disponível em: <http://journals.openedition.org/communication/13232>. Acesso em: 25 fev 2025.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e métodos**. Bookman editora, 2015.